

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING 28 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (NÃO AUDITADO) (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Infraestrutura Brasil Holding 28 S.A. (“Companhia”) iniciou suas atividades em 3 de janeiro de 2023. A sede da Companhia está localizada na cidade de São Paulo/SP, e tem por objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou cotista.

A Companhia é uma “holding” não operacional voltada para a atividade de investimentos que tem buscado oportunidades de investimentos em determinados segmentos da economia com potencial de crescimento, resiliência e consolidação, incluindo, o segmento de saúde.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todo o período o apresentado, salvo quando mencionado de outra forma.

2.1. Base de preparação

a) Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 19 de maio de 2025.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

c) Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o reais (R\$), mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras que estão apresentadas em milhares de real (R\$).

2.2. Descrição das práticas contábeis materiais

a) Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

Os ativos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro é realizado quando expiram os direitos contratuais, ou quando são transferidos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial se, e somente se, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando cessam ou são extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros dessa categoria de instrumentos financeiros são aqueles classificados como mantidos para negociação e designados no seu reconhecimento inicial como sendo mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A mensuração desses ativos é pelo valor justo e suas alterações, assim como, os custos das transações são reconhecidos no resultado do período quando incorridos.

O principal ativo financeiro refere-se a:

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos não superiores há 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

Aplicações financeiras com vencimentos superiores a 90 dias e com risco significativo de mudança de valor de mercado são tratadas em linha exclusiva na rubrica Aplicações Financeiras no Balanço Patrimonial e seus reflexos na Demonstração de Fluxo de Caixa.

Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

O principal passivo financeiro não derivativo da Companhia é fornecedores.

Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulante se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de 12 meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

As compras a prazo não são ajustadas pelo valor presente em função do curto prazo para vencimento das obrigações, cujo compromisso é liquidado no prazo máximo de até 30 dias da emissão da nota fiscal/fatura.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

b) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) do período corrente e diferido das sociedades estabelecidas no Brasil são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Em 2024 a Companhia optou pelo regime de tributação Lucro Real estimativa mensal e não apresentou lucro tributável para auferir os impostos em 2024.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, quando aplicáveis, bem como as diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não circulante.

A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da administração, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Estimativas e premissas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

d) Receitas financeiras e despesas financeiras

O resultado financeiro compreende basicamente juros ativos de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, variações monetárias e cambiais ativas e taxas bancárias, juros passivos sobre empréstimos e financiamentos, variações monetárias e cambiais passivas e eventuais inadimplências, quando aplicável.

e) Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no pronunciamento técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulante.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

3.1. Revisadas e vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture".	Não definida
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto		
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante.	01/01/2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Passivo Não Circulante com "Covenants".	01/01/2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de Financiamento de Fornecedores.	01/01/2024
CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback".	01/01/2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.2. Revisada e não vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Falta de conversibilidade.	01/01/2025

3.3. Emitidas e não vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras.	01/01/2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.	01/01/2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima e pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> (Não auditado)
Aplicações de liquidez imediata (i)	<u>863</u>	<u>2.213</u>
Total	<u>863</u>	<u>2.213</u>

- (i) As aplicações financeiras são representadas por aplicações em Fundos de Investimentos com remunerados à taxa média em 2024 de 90% até 110% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (90 % até 117% em 2023).

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> (Não auditado)
IRRF s/ aplicação financeira	3	4
Saldo negativo de IRPJ	<u>3</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>6</u></u>	<u><u>4</u></u>

6. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 2023 foi contratado empréstimo junto ao Banco Santander S.A., conforme cronograma predefinido.

Modalidade	Taxa de juros	Prazo	<u>Saldo em 31/12/2024</u>		<u>Saldo em 31/12/2023</u> (Não auditado)	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Contrato de Crédito A	SOFR 6M + 2,50% aa	180 dias	-	-	-	-
Contrato de Crédito B	SOFR 6M + 2,50% aa	135 dias	-	-	32.015	-
Circulante			-	-	32.015	-
Não circulante			-	-	-	-
	<u>Saldo em</u> 31/12/2023 (Não auditado)	<u>Captação</u>	<u>Encargos financeiros</u> <u>e variação monetária</u>	<u>Pagamento de</u> <u>principal e juros</u>	<u>Saldo em</u> 31/12/2024	
Contrato de Crédito B	32.015	-	813	(32.828)	-	
Total	<u>32.015</u>	<u>-</u>	<u>813</u>	<u>(32.828)</u>	<u>-</u>	
	<u>Saldo em</u> 03/01/2023 (Não auditado)	<u>Captação</u>	<u>Encargos financeiros</u> <u>e variação monetária</u>	<u>Pagamento de</u> <u>principal e juros</u>	<u>Saldo em</u> 31/12/2023 (Não auditado)	
Contrato de Crédito A	-	29.149	1.072	(30.221)	-	
Contrato de Crédito B	-	32.281	(266)	-	32.015	
Total	<u>-</u>	<u>61.430</u>	<u>806</u>	<u>(30.221)</u>	<u>32.015</u>	

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 3 de janeiro de 2023, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária a constituição da Companhia com o capital social no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais) mediante a emissão de 400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a integralizar (não auditado).

Em 16 de janeiro de 2024, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária aprovar o aumento do capital social da Companhia, de R\$400,00 (quatrocentos reais) para R\$33.405 mediante a emissão de 33.405.276 (trinta e três milhões, quatrocentas e cinco mil, duzentas e setenta e seis) novas ações ordinárias nominativas e sem valor normal, totalmente integralizado em moeda corrente, subscritas neste ato por Pátria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, acionista representando a totalidade do capital social da Companhia.

8. DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> (Não auditado)
Despesas com pessoal	(1.779)	(13.930)
Despesas gerais e administrativas	-	(12.439)
Serviços profissionais	(115)	(2.449)
Impostos e taxas	(3)	(2)
Total	<u>(1.897)</u>	<u>(28.820)</u>

9. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> (Não auditado)
Receitas financeiras:		
Receitas financeiras s/ aplicações	16	32
Total	<u>16</u>	<u>32</u>
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias e impostos s/ transações financeiras	(42)	(216)
Encargos financeiros s/ empréstimos	(148)	(1.186)
Variação cambial, líquida	(666)	378
Total	<u>(856)</u>	<u>(1.023)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(840)</u>	<u>(991)</u>

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> (Não auditado)
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(2.737)	(29.811)
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Crédito de IRPJ e CSLL calculados com base nas alíquotas nominais	931	10.136
(-) Tributos diferidos ativo sobre prejuízo - não reconhecidos	<u>(931)</u>	<u>(10.136)</u>
Total do resultado de imposto de renda e contribuição social	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

A Companhia não registrou ativo fiscal diferido em função de não possuir histórico e perspectiva de lucratividade, por se tratar de uma “holding”.

11. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$1.779 a título de gratificação não habitual do pessoal chave da Administração (R\$13.930 no período findo em 31 de dezembro de 2023 - não auditado).

12. CONTINGÊNCIAS

Até a emissão dessas demonstrações financeiras, a Companhia não estava envolvida em demandas judiciais como ré ou autora com probabilidade de perda provável que exija registro contábil de provisão para contingência, que possam impactar estas demonstrações financeiras, sejam estes processos de natureza trabalhista, tributária ou cível, bem como não há processos com probabilidade de perda possível a serem divulgados.

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento dos riscos financeiros

Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

i) Estrutura de gerenciamento de riscos

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) Risco de mercado

O risco de taxa de juros da companhia decorre, substancialmente, de aplicações financeiras (CDI) e captações de empréstimos (SOFR - "Secured Overnight Financing Rate"), a Companhia ficou exposta aos riscos da taxa de juros, entretanto não houve impactos significativos. O valor contábil dos ativos e passivos financeiros, representa a exposição máxima do crédito.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> (Não auditado)
<u>Ativos financeiros</u>		
Caixa e equivalente de caixa	863	2.213
	<u>863</u>	<u>2.213</u>
<u>Passivos financeiros</u>		
Empréstimos e financiamentos	-	32.015
	<u>-</u>	<u>32.015</u>

iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir o máximo possível, que sempre tenha caixa suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Valor projetado</u>	<u>Valor contábil</u>
<u>31/12/2024</u>						
Fornecedores	12	-	-	-	12	12
Obrigações fiscais	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-
	<u>12</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12</u>	<u>12</u>
	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Valor projetado</u>	<u>Valor contábil</u> (Não auditado)
<u>31/12/2023</u>						
Fornecedores	6	-	-	-	6	6
Obrigações fiscais	7	-	-	-	7	7
Empréstimos e financiamentos	32.015	-	-	-	32.015	32.015
	<u>32.028</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>32.028</u>	<u>32.028</u>

b) Estimativa de valor justo

Conforme o CPC 40 (R1), "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração.

A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados.

ii) Hierarquia de valor justo

O método de avaliação adotado pela Companhia na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi nível 1 e 2.
